

PROPOSTAS E PROGRAMAS DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO DE 1923 A 1992: Primeiras Aproximações do Texto e do Contexto

Maria Leopoldina de A. Britto*

APRESENTAÇÃO

A qualidade do ensino das nossas escolas de 1º e 2º Graus vem recebendo críticas negativas e, quando as causas são apontadas, sempre surge a inadequação dos Currículos, os Programas distantes da realidade, as Propostas Curriculares elaboradas de forma centralizada e autoritária.

Diante das críticas e causas apontadas, surgiu o interesse de analisar essas Propostas e Programas elaborados em nível estadual, a fim de se obter uma melhor apreensão dos seus limites e possibilidades.

Por outro lado, o Centro de Educação da UFPE, particularmente o Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, através dos seus professores, tem, sido frequentemente chamado a participar da elaboração desses Programas e Propostas.

Diante disso, resolveu estudar o que foi produzido pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, no que se refere a Programas de Ensino e Propostas Curriculares, tendo sido elaborado o Projeto: A Trajetória do Currículo na Rede Estadual de 1º Grau em Pernambuco. Nele se propõe realizar uma caracterização dos documentos, a partir dos anos 20, identificando os fundamentos filosóficos que explícita ou implicitamente orientaram os Programas e Propostas, bem como analisar os conteúdos programáticos, as indicações metodológicas e a bibliografia, presentes nesses documentos, que ao longo do período, receberam títulos diferentes: Programa de Ensino; Programas Mínimos; Programa de Educação Primária; Programa de Ensino para o Curso Primário Infantil; Currículo da Escola Primária em Pernambuco; Programas Mínimos para o Ensino Ginásial; Proposta Curricular Ensino - 1º Grau; Perfis de Saída dos Alunos de 1a a 4a série do Primeiro Grau - Viabilização de uma Proposta de Conteúdos Mínimos, este elaborado também para 5ª a 8ª série do 1º Grau; Contribuição ao Debate do Currículo - Uma Proposta para a Escola Pública; Coleção Professor Carlos Maciel - Subsídio para a Organização da Prática Pedagógica nas Escolas.

O trabalho aqui apresentado refere-se à fase inicial da pesquisa e tem como objetivo informar, e colocar em discussão, as conclusões preliminares formuladas

* UFPE-Centro de Educação - Dep. de Métodos e Técnicas do ensino

com base na coleta de dados, até agora realizada.

Registra-se que nem todas as informações, principalmente as relativas aos documentos mais antigos, foram coletadas em fontes primárias de informação.

Observe-se, ainda, que a análise de um Currículo não pode ficar restrita ao que está formalmente prescrito, ou seja, ao que está escrito nos documentos. Acredita-se, porém, que este é um elemento fundamental para a análise. Os resultados desse estudo deverão ser ampliados, enriquecidos com outras análises do Currículo observado, percebido e experimentado, conforme, previsto no Projeto anteriormente mencionado.

CARACTERIZAÇÃO DOS PROGRAMAS

Década de 20

→ Em 1923 registrou-se a preocupação com a elaboração de um programa que, embora direcionado ao Ensino de Magistério, voltou-se também para a Escola Primária, particularmente para o curso de aplicação, depois transformado em Escola de Aplicação, campo de estágio da Escola Normal.

→ As idéias do Programa foram do Dr. Ulisses Pernambucano que era, nesta ocasião, Diretor da Escola Normal. Essas idéias foram consideradas "dinamicamente revolucionárias" e deram novos rumos à Educação Primária.

O Professor Ulisses Pernambucano imprimiu novo sentido à Educação, conferindo-lhe uma função social. A visão sociológica que ele teve do problema educacional, segundo o Professor Valdemar Valente, não tinha sido alcançada por qualquer líder educacional que o precedeu.

→ Uma grande Reforma do Ensino Primário aconteceu em 1929, dentro do movimento reformista que marcou a educação brasileira, na época. Idealizada pelo Professor Antônio Caneiro Leão, na ocasião Encarregado Geral dos Negócios da Educação, teve como responsável pela implantação o Professor José Ribeiro Escobar, da Escola Normal de S. Paulo, que ocupou o cargo de Diretor Técnico de Educação em Pernambuco.

→ Os planos didáticos organizados pelo Professor Escobar apresentavam propostas metodológicas avançadas, incentivando a utilização de métodos ativos de docência, sendo permitida a utilização do "Método de Projetos" e os "Centros de Interesse", desde que não prejudicasse a estrutura do programa. Um dos aspectos contemplados nesta Reforma foi a Educação Sexual, estando previstas demonstrações sobre a sexualidade, baseadas na fisiologia dos sapos e na fecundação das ratas, com demonstrações realizadas na Fazenda Modelo, na zona suburbana de Recife.

→ A implantação da Reforma foi muito polêmica, ocasionando mesmo comícios em praças públicas, passeatas, sermões nos púlpitos das igrejas.

O Professor Escobar foi considerado, principalmente por aqueles que faziam oposição ao governador da época Estácio Coimbra, um corruptor da mocidade feminina, um depravado, comprado pelo governo para ferir a moral da família pernambucana, conforme relata o Professor Valdemar Valente.

O Programa de Ensino dessa Reforma, apresentado em volume único de 272 páginas, destinou-se às classes de 1ª a 7ª série com as seguintes disciplinas; Aritmética, Álgebra, Geometria, Leitura, Linguagem Oral, Linguagem Escrita, Francês, Geografia, Cosmografia, História, Física, Química, Higiene, Música, Desenho, Caligrafia, Trabalhos Manuais, Educação Física, Escotismo, Educação Cívica. Moral e Estética.

Considerado avançado para a época, pelas propostas metodológicas que apresentava, o programa era extenso e enciclopédico, abrangendo assuntos que hoje são localizados em outros níveis de ensino. Acompanhavam o Programa documentos de apoio como: Diário de Higiene, Questionários, Centros de Interesse, Explicações sobre Métodos Experimentais de Auto Observação e de Experiências. Apesar dos documentos de apoio oferecidos, a condução do processo ensino-aprendizagem estava condicionada à "competência e orientação de cada professor".

Década de 30

Nesta década houve uma Reforma e foram elaborados dois Programas.

A Reforma realizada no momento pós revolucionário de 1930, foi promovida pelo Professor Aníbal Bruno, Técnico de Educação em Pernambuco e o Programa elaborado em 1934, destinava-se às classes do 1º ao 5º ano. O documento era apresentado numa brochura de 28 páginas por cinco anos de escolaridade, contendo: Apresentação; objetivos; elementos indispensáveis à iniciação do aprendizado; orientação; assuntos.

A grande novidade na organização deste Programa foi que os assuntos não estavam distribuídos por matérias ou disciplinas, como até então vinha ocorrendo, mas foram organizados por GRUPOS DE ASSUNTOS CORRELATOS, os quais emanavam das disciplinas do Currículo que eram: Meios de Expressão e Atividades Manuais; Iniciação à Matemática; Iniciação ao Estudo da Natureza e Educação Higiênica; Iniciação ao Estudo da Sociedade e Educação Social.

Os Programas, de estrutura sintética, eram considerados mínimos, possibilitando a livre iniciativa do professor efetuar as adequações às condições do meio e às necessidades, capacidades e aptidões dos alunos. O Programa conciliava, segundo o autor, "aquela exigência de relativa liberdade didática do mestre, com a necessidade de uma estrutura comum a todas as escolas, inspirada nas condições gerais da civilização em que se vive".

Em 1939, surgiu mais um Programa que apenas ampliou o de 1934, mas teve, como aspecto diferente, a ênfase dada às atividades de Pré-Orientação Vocacional, revelada, também, pelo fato de se constituir o primeiro item do Programa. O objetivo

era despertar o amor pela profissão e não preparar o futuro profissional, sendo fundamental tornar evidente que a profissão é um meio de subsistência que dignifica o homem.

Década de 40

Foram dois os programas desta década, sendo que o primeiro elaborado em 1940, pode ser considerado uma edição simplificada dos Programas da década de 1930. Foi apresentado em uma brochura de 36 páginas.

Em 1945 surgiu um novo Programa que marcou a década. Intitulava-se PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA, e procurava restaurar o prestígio das aulas de Linguagem, considerando-as "o ponto mais interessante da educação intelectual e moral de uma escola". Através da Linguagem seriam dados conhecimentos de outras disciplinas e desenvolvidas atitudes e habilidades diversas. Com relação à Matemática, apelava para que o seu ensino fosse prático, atualizado, interessante e preocupado com a educação do raciocínio. O Programa de Estudos da Sociedade e Educação Moral e Cívica visava despertar na criança o entusiasmo e o interesse pelas grandes causas, pelas ações nobres e desinteressadas, admitindo que, para realizar o ideal do Programa, o professor precisava sentir e compreender "a elevação dos conceitos e a realidade brasileira em toda extensão". A Escola de Escotismo foi altamente valorizada. A disciplina Pré-orientação Profissional foi considerada muito complexa, exigindo do professor "grande dose de senso psicológico e de orientação técnica oportuna". O ensino da música era praticado sob a forma de Canto Orfeônico.

O Programa das diversas disciplinas referia-se, sempre, à globalização do ensino e sugeria, constantemente, a utilização de materiais concretos e experiências ativas.

Nos Programas relativos às 3ª e 4ª séries houve sempre uma referência à sua adaptação ao Exame de Admissão.

O Programa apresentava-se em volume único de 67 páginas que continha: apresentação de cada disciplina; conteúdo de cada disciplina por série e sugestões de atividades para algumas séries e disciplinas.

Faziam parte do Currículo: Linguagem, incluindo Comunicação Oral e Leitura, Expressão Escrita e Gramática; Matemática; Estudo da Sociedade e Educação Moral e Cívica; Estudo da Natureza; Educação Alimentar e Educação Higiênica em Geral; Pré-orientação Profissional; Música e Educação Física. No programa de Estudo da Natureza, Educação Alimentar e Educação Higiênica foram acrescentados assuntos para alunos de zona rural.

Década de 50

Esta década foi caracterizada pelo surgimento de um Programa de Ensino que

se diferenciou dos demais, tanto no seu produto como no seu processo de elaboração. Considerando o número de documentos produzidos, nesta década, com o título de PROGRAMA MÍNIMO e PROGRAMA DE ENSINO, poder-se-ia pensar que foram elaborados vários programas neste período. Na verdade o que aconteceu foi um trabalho de reformulação contínua de um mesmo Programa, na tentativa de chegar a um produto final que seria o Programa mais adequado possível ao aluno de Pernambuco.

O trabalho foi coordenado pela Professora Isnar Cabral de Moura, então diretora do Serviço de Verificação do Rendimento Escolar (SVRE), o qual posteriormente se transformou em Instituto de Pesquisa Pedagógica (IPP), continuando sob a direção da mesma professora.

O primeiro Programa da década foi publicado em 1950. Destinava-se às classes de 1ª a 5ª série do Curso Primário e era apresentado em volume único de 12 páginas que incluía CONTEÚDOS e SUGESTÕES, contendo as disciplinas: Linguagem; Matemática; Ciências Sociais e Estudo da Natureza, englobando rudimentos de Geografia Física e Política, História, Higiene e Educação da Saúde.

Os conteúdos foram retirados do Programa de 1945 e redistribuídos em Planos de Estudo para cada dois meses do ano escolar, ou seja para os períodos de março e abril; maio e junho; julho e agosto; setembro e outubro.

Ao fim de cada bimestre e ao fim do ano letivo, os professores recebiam do SVRE provas objetivas para serem aplicadas a seus alunos. Os índices de acerto, obtidos pela aplicação das provas, calculados a partir de uma amostra representativa do universo escolar, davam a indicação da diferença entre os Programas e os produtos da aprendizagem.

A partir do primeiro programa elaborado em 1950, foi pedido a todos os professores do estado, que registrassem em seus Diários de Classe o assunto de cada aula nova, o método, os processos, os materiais usados, o tipo de motivação utilizada para as aulas, as atividades correlatas e quaisquer observações ligadas ao rendimento dos alunos. Esse material seria a base para a elaboração das provas objetivas e conseqüente reformulação dos Programas. A remessa dos Diários de Classe à Secretaria de Educação, devidamente preenchidos era prevista nos Art. 356 e 357, do Capítulo V do Regimento do Ensino Primário.

O Programa resultante desta análise, a cada ano, era enviado aos professores com orientação geral, sucinta e clara, solicitando que o professor "atendesse principalmente as possibilidades infantis e as solicitações do meio ambiente".

Em 1953 os programas relativos a Ciências Sociais e Estudo da Natureza, passaram a compor a disciplina CONHECIMENTOS GERAIS, cujos assuntos eram de livre escolha do professor.

Em 1955 a estrutura do Programa continuou a mesma, mas foi oferecido um esquema geral para o desenvolvimento da disciplina CONHECIMENTOS GERAIS, que foi o seguinte:

- 1a série - O Escolar, suas relações com a Família e a Escola;
- 2a série - O Escolar, suas relações com o Bairro e a Cidade;
- 3a série - O Município, suas relações com a Capital e o Estado;
- 4a série - O Estado, suas relações com a Região e o País;
- 5a série - O País, suas relações com o Continente e o Mundo.

Apesar da utilização dos testes, como instrumentos fundamentais para as reformulações curriculares, foram incentivadas aulas ocasionais, oportunas, satisfazendo a curiosidade e os interesses da classe e nunca aulas sob a alegação de que "é preciso vencer o Programa para responder o teste".

As disciplinas constantes do Currículo de 1955 eram Linguagem, Matemática e Conhecimentos Gerais.

Entre os anos de 1958 e 1960 já se delineava o documento final, produto de oito (8) anos de experimentações, avaliações e sugestões. A versão final do Programa foi publicada em 1961, mas todo o processo de elaboração aconteceu na década de 50.

Para a elaboração deste documento final, intitulado PROGRAMA DE ENSINO PARA O CURSO PRIMÁRIO INFANTIL, ficou estabelecido que:

- 1) "A matéria dominada por 100 a 70 por cento dos escolares de cada série se constituísse em assunto de estudo exigível de todos os alunos da série 1a, 2a, 3a, 4a, ou 5a;
- 2) A parte dominada por 69 a 30 por cento se constituísse em assunto destinado a alunos mais fortes de escolaridade em cada série;
- 3) A restante, de 29 a 0 por cento de acerto, passasse a série superior".

Os conteúdos de cada disciplina foram divididos em três blocos em cada série, crescendo em nível de dificuldade e complexidade.

Para CONHECIMENTOS GERAIS foi usado o mesmo esquema do Programa de 1955, com algumas variações de nomenclatura.

O Programa, segundo seus elaboradores, tinha um caráter eclético e regional para atender à almejada adaptação às necessidades da cultura e integração social da escola ao meio.

O documento destinou-se às classes de 1a, a 5a série do Curso Primário. Apresentava-se em cinco (5) volumes com uma média de 45 páginas. Em sua parte inicial foi feito um retrospecto dos programas elaborados no período de 1929 a 1957 e explicado o processo de elaboração do Programa atual. O documento continha, ainda: Objetivos Gerais; Objetivos Especiais da disciplina em cada série; Matéria de Estudo; Sugestões Práticas para a aplicação dos objetivos e da matéria de estudo.

Década de 60

A segunda metade da década de 60 marcou a discussão e a concepção de uma nova Organização Curricular e, conseqüentemente, a elaboração de um novo Programa de Ensino que se intitulou CURRÍCULO DA ESCOLA PRIMÁRIA EM PERNAMBUCO e foi publicado em 1968.

Por Currículo entendia-se, na ocasião, "todas as atividades e experiências da criança, vivida sob a responsabilidade da Escola".

O trabalho foi coordenado pela Professora Janise Pinto Peres, pesquisadora do Departamento de Educação da Fundação Joaquim Nabuco, convidada pela Secretaria de Educação para, junto com a equipe desta Secretaria, apresentar uma nova proposta de Currículo para Pernambuco.

A nova proposta apresentava uma organização por NÍVEIS, rompendo desta forma, pela primeira vez na História da Educação em Pernambuco, a tradicional organização curricular por anos de escolaridade ou por séries.

Esta organização por NÍVEIS parecia, aos seus defensores, mais adequada ao desenvolvimento da capacidade de pensar dos alunos.

O Curso Primário, no contexto deste Programa, teria seis (6) níveis, devendo o aluno, para concluir este curso, ter alcançado, no mínimo, os quatro primeiros níveis. Pressupunha a possibilidade de avanço de alguns alunos, dentro da mesma classe, em qualquer época do ano.

Esse tipo de Organização Curricular exigia, do professor a habilidade de usar o trabalho diversificado e em pequenos grupos. O Currículo previa, também, a definição de TEMAS CENTRAIS, de livre escolha do professor, devendo os alunos, dos diversos níveis de uma mesma classe, trabalharem o mesmo TEMA CENTRAL.

Fundamentado nos princípios do "CORE CURRICULUM", movimento curricular em evidência nos Estados Unidos na mesma época, a proposta pedagógica do Currículo de 1968 em Pernambuco, tinha como objetivo principal atender as necessidades e interesses pessoais dos alunos. O conhecimento só teria sentido na medida em que atendesse esses interesses e necessidades.

Propunha fazer de Estudos Sociais e Ciências o Centro de Interesse para o desenvolvimento da Linguagem e da Matemática.

O Programa de Estudos Sociais estava disposto em círculos concêntricos, partindo do estudo da família e das relações e necessidades de seus membros para o estudo de lugares, de pessoas e acontecimentos distantes no tempo e no espaço. Com relação à Linguagem, a proposta era trabalhar a Gramática de maneira menos formal, dando mais relevo ao falar e escrever corretamente a língua pátria, diminuindo a preocupação com a aprendizagem de regras, definições e classificações. Em Matemática, o Programa propunha a prática intensa de solução de problemas, visando o desenvolvimento do pensamento reflexivo do aluno.

Em algumas disciplinas, foi selecionado um conjunto de tópicos que se repetia em todas as séries, em nível crescente de dificuldade e complexidade.

O documento elaborado constava de um único volume de 48 páginas, contendo: Apresentação; Filosofia do Currículo; Fins Estabelecidos Nacionalmente para a Educação (LDB/61); Dos Fins, do Direito da Liberdade e da Obrigatoriedade da Educação, Ensino e Cultura (Lei do Sistema Estadual de Educação em Pernambuco); Objetivos Gerais dos Programas de Ensino de cada disciplina, incluindo, introdução, objetivos gerais, objetivos específicos e conteúdos programáticos.

As disciplinas do Currículo eram: Matemática; Linguagem; Ciências Físicas e Naturais; Estudos Sociais; Educação Artística; Recreação; Atividades Agrícolas e Iniciação à Economia Doméstica; Iniciação à Economia Doméstica.

Década de 70

Esta década foi marcada pela Lei 5692/71 que reformulou o Ensino Primário e Médio, denominando-os de 1º Grau com oito séries e 2º Grau com 3 séries e tornou obrigatório o Ensino Profissionalizante.

Como, em Pernambuco, a implantação da Reforma não se fez imediatamente e como já estavam em processo de elaboração alguns Programas de Ensino, estes foram concluídos e publicados em 1971 em documento único de 114 páginas intitulado PROGRAMAS MÍNIMOS PARA O ENSINO GINASIAL.

Observe-se que até então o Ensino Ginasial e Colegial eram regidos por Programas Federais.

A elaboração dos PROGRAMAS MÍNIMOS PARA O CURSO GINASIAL foi coordenado pela Divisão Técnico Pedagógica do Departamento de Educação Média da Secretaria de Educação, em atendimento a solicitações constantes de professores que reivindicavam um programa em nível estadual.

Foi elaborado por grupos de professores da rede, com base na relação dos conteúdos que os professores do Curso Ginasial de todo o estado remeteram à Secretaria de Educação, afirmando ter efetivamente ministrado-os no ano anterior.

Da análise desses conteúdos e das discussões entre professores e técnicos foram elaborados programas das disciplinas: Português; Matemática; História; Geografia; Ciências; Educação Moral e Cívica; Desenho; Organização Social e Política do Brasil; Francês; Inglês.

Os programas foram aprovados pela portaria nº 1066 DE 26.03.71, DO de 28.03.71.

O Documento que marcou esta década, entretanto, foi a PROPOSTA CURRICULAR ENSINO - 1º grau, publicada em 1974, e depois republicada em 1978. Inicialmente, constituiu-se em um conjunto de quatro documentos, sendo depois acrescido de mais cinco. Os primeiros documentos foram:

- VOLUME I - Fundamentação: Filosófica, Sócio-Econômica - Cultural e Psicológica.
- VOLUME II - Comunicação e Expressão.
- VOLUME III - Ciências, incluindo Matemática.
- VOLUME IV - Estudos Sociais.

Os Volumes I,II,III,IV, referentes aos diversos Componentes Curriculares apresentavam: caracterização dos Componentes Curriculares; Objetivos Gerais; Objetivos Específicos; Conteúdos Programáticos; Orientações Metodológicas; Avaliação; Bibliografia.

Os demais documentos foram:

Sistemática para elaboração do Currículo Pleno - Ensino - 1º grau, 1974.

- VOLUME V - Proposta Curricular Ensino 1º Grau - Formação Especial, 1975.
- Proposta Curricular Ensino - 1º Grau - Ensino Religioso, 1975.
- Sistemática da Avaliação do Aluno de 1º Grau, 1975.
- Alternativas para recuperação - aluno 1º grau, 1975.

No primeiro volume da Proposta Curricular, FUNDAMENTAÇÃO - eram explicitados conceitos, princípios, valores para fundamentar o trabalho educativo nas escolas.

Os valores e princípios filosóficos definidos foram:

- a) Educar é mais que instruir.
- b) Educar é ver no Ser humano, não um conceito abstrato mas um conceito concreto.
- c) Para educar é preciso conhecer, para conhecer é preciso amar.
- d) O amor pedagógico não exclui a disciplina.
- e) Educar implica na realização de valores e formação do caráter.
- f) Educar não é uma coisa aleatória ou que se faça ao acaso.
- g) Os objetivos específicos, ou operacionais, devem estar a serviço dos objetivos gerais ou humanísticos.

Os idealizadores da Proposta, pretendiam que os diversos documentos representassem, para os seus usuários, exatamente o que o seu nome indicava - uma proposta - a qual poderia ser aceita, ou não, e alterada de forma a se adequar às necessidades e possibilidades de alunos e professores.

A elaboração dos documentos foi uma tarefa partilhada por técnicos da Secretaria de Educação, Professores da Rede Estadual de Ensino Médio, bem como

professores Universitários da UFPE e de outras instituições.

Década de 80

Esta década marcou dois momentos distintos, e de certa forma antagônicos, na história da elaboração de Programas. Este antagonismo não se deu apenas entre as duas proposições da década, mas entre a última proposição e todas as anteriores conforme fica explícito em alguns documentos, que mostram claramente a não concordância com tudo quanto foi elaborado anteriormente.

O primeiro momento da década registrou a volta à idéia de programas mínimos. O documento elaborado foi chamado PERFIS DE SAÍDA DOS ALUNOS DE 1ª A 4ª SÉRIE - VIABILIZAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE CONTEÚDOS MÍNIMOS, publicado em 1984 e, depois, republicado em 1986, em volume com 81 páginas. Também foram elaborados, em 1986, os Perfis de Saída para alunos da 5ª a 8ª série, em documento único de 120 páginas, contemplando todos os componentes curriculares.

O direcionamento desse Programa, segundo seus idealizadores, partiu da análise do Sistema Educacional da época e do contato com professores da Rede Pública de Ensino, particularmente nos encontros para discussão do Plano Estadual de Educação 79/83.

Foram intensificadas as reuniões nas escolas e os seminários com técnicos representantes dos Departamentos Regionais - DERES - para, conjuntamente, definirem as bases do Programa que seria, no seu momento final, estruturado pela Equipe Central da Secretaria de Educação.

Para subsidiar a elaboração do Programa, foram aplicados aos alunos testes padronizados, cujos resultados influenciaram a seleção dos conteúdos e a definição dos PERFIS dos alunos.

No programa, foi dada ênfase à explicitação dos desempenhos esperados dos alunos de cada série, que se constituíam os Perfis de Saída desses alunos, bem como a indicação dos conteúdos mínimos a serem trabalhados para que os alunos atingissem esses perfis.

O conceito de CURRÍCULO, no contexto deste Programa, era "o conjunto de atividades nucleares desenvolvidas pela escola, no cumprimento de sua função específica, ou seja, na criação de condições para a aquisição pelo aluno, do saber elaborado e sistematizado".

No documento, são informados os critérios para a avaliação da escola e é considerada como competente a escola que:

- democratiza o saber científico e tecnológico, oferecendo uma sólida educação geral, através do domínio e manejo da língua nacional, da compreensão e do domínio das operações matemáticas, do conhecimento crítico do

processo histórico, do conhecimento dos processos de produção da ciência e de seus alcances, da compreensão do espaço geográfico;

- vincula o pensar e o fazer no trabalho educativo, articulando o saber escolar com prática social do aluno, na escola, na sua comunidade e no trabalho;
- busca por todos os meios superar ou reduzir a evasão e a repetência de seus alunos;
- fundamenta o trabalho pedagógico numa definição clara e compartilhada do tipo de homem e sociedade que deseja construir.

Esta proposta, ressalta o ENSINO como função primordial da Escola.

Ainda na mesma década, em 1988, o Departamento de Cultura da DSE/SE publicou o documento **EDUCAÇÃO ARTÍSTICA - CONTEÚDOS MÍNIMOS PARA O ENSINO DE 1º GRAU - 5a A 8a SÉRIE**. Apresentado em volume único de 39 páginas, propunha-se a complementar informações sobre a operacionalização das atividades específicas representativas das diversas áreas da Educação Artística: Artes Plásticas, Artes Cênicas, e Música.

O segundo momento desta década, 1989, foi marcado por uma proposição de Currículo que se contrapunha às anteriores, estando de todo coerente com o projeto político do Governo Miguel Arraes. O trabalho não se iniciou com a elaboração de um documento ao estilo de um Programa de Ensino, mas tratou de, através de capacitações contínuas, levar o professorado a refletir criticamente sobre sua própria prática e transformá-la de acordo com esta reflexão.

A nova proposta de trabalho, iniciou-se com a divulgação, entre professores e técnicos, do texto **DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA DE ENSINO**, relacionada com outro texto **PROJETO DE EDUCAÇÃO DO GOVERNO POPULAR DE PERNAMBUCO**.

No texto de Diretrizes para o Ensino, o paradigma que vinha orientando até então a formação e a prática do professor no Sistema Educacional, é criticado como conservador. A forma de compreender e transmitir os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade é acusada de fragmentada, desvinculada da realidade social complexa e, particularmente, desvinculada da realidade de classe dos alunos. Acrescenta, ainda, que este paradigma tem reduzido as possibilidades de encaminhar uma prática pedagógica na direção dos interesses das camadas populares, na medida em que têm, como referência conteúdos que, aparentemente, nada têm a ver com a explicação dos determinantes das condições de vida a que está submetida a quase totalidade dos alunos da escola pública.

Para construir um novo modelo de educação, o texto mostra ser necessário fazer uma diferença entre escola e currículo. "Currículo tem um objeto, uma matéria a tratar que não se reduz ao conhecimento. Organiza e sistematiza os conhecimentos para desenvolver a reflexão do aluno sobre o próprio conhecimento e sobre a prática social, na perspectiva de sua transformação. Portanto o objeto do Currículo é esta reflexão". "Escola é o espaço privilegiado de comunicação/produção do conheci-

mento necessário à compreensão/interpretação/explicação /intervenção na realidade, na perspectiva da transformação das relações sociais-espço de incorporação, sistematização e produção de conhecimentos, sentimentos, movimentos, ideologias e relações".

O texto indica passos para o trabalho na direção da proposta. Destaca, também, que a implementação deste modelo requer que se elimine o imediatismo do processo ensino-aprendizagem, acrescentando que se há de ter a compreensão de que o processo se desenvolve ao longo da escolaridade.

A proposta metodológica, sugere a articulação dos momentos:

1º apresentação de uma expressão da prática social, através de textos orais e escritos;

2º problematização da prática social, através da discussão - debate em sala de aula - encaminhamento de questões problematizadoras;

3º instrumentalização - introdução de conteúdo, através de algum recurso didático - fala, cartaz, texto, quadro de giz, etc;

4º produção do aluno, através de uma forma de expressão - linguagem oral, escrita, corporal, artística, literária (a produção do aluno deverá ser registrada);

5º leitura da produção do aluno (feita pelo professor). Avaliação da aquisição do conhecimento, aplicação do conteúdo, identificação da distância/ proximidade do eixo curricular - realidade complexa;

6º reinstrumentalização - re/apresentação dos conteúdos.

Os momentos indicados, levam a constatação dos diversos elementos do processo:

a) **CONSTATAÇÃO**, quando o aluno vê, percebe, apenas constata (a prática social) de uma forma fragmentada e desarticulada.

b) **INTERPRETAÇÃO**, quando o aluno emite um juízo de valor, ou seja, julga a realidade a prática social de acordo com a sua perspectiva de classe social.

c) **COMPREENSÃO**, quando o aluno apreende os elementos conjunturais e os articula com os estruturais, identificando o real concreto.

d) **EXPLICAÇÃO**, quando o aluno articula os elementos da compreensão e interpretação da realidade, obtendo a explicação de seus determinantes.

e) **INTERVENÇÃO**, quando o aluno age conforme a organização/prática política do grupo social no qual se insere, o que não está mais dentro dos limites e controle da escola.

Vários outros textos foram elaborados ao longo das capacitações, destacando-se, no entanto, o documento final **CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE DO CURRÍCULO - UMA PROPOSTA PARA A ESCOLA PÚBLICA** elaborada no fim da gestão e publicada em 1991.

Década de 90

O início dessa década foi marcado pela mudança de governo, a qual interferiu na implementação da proposta anterior, ainda que, segundo depoimento, tenha havido a preocupação de dar continuidade a algumas idéias e trabalhos.

Uma das preocupações iniciais foi a implantação das classes de ALFABETIZAÇÃO. Outra foi a de colocar nas mãos dos professores documentos que os auxiliasse no planejamento da prática docente.

Como resultado do trabalho da equipe técnica, surgiu a COLEÇÃO PROFESSOR CARLOS MACIEL/SUBSÍDIO PARA ORGANIZAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS. Constituída de 18 volumes, a coleção tem variadas formas de apresentação conforme o nível de ensino.

Coerente com o título "SUBSÍDIO PARA A ORGANIZAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS", cada documento pretende servir, conforme foi expresso em sua apresentação, como "um ponto de partida para discussões e elaboração de propostas e sugestões".

Ressalte-se a caracterização que o documento traz dos diversos componentes curriculares e a contextualização histórico-social que faz, sobretudo no que se refere à ALFABETIZAÇÃO, o que certamente sensibilizará o professor para rever a prática pedagógica que vem sendo vivenciada nos ensinos Fundamental e Médio.

P.ra a elaboração dos Programas da coleção, o ponto de partida foi a análise feita pela equipe técnica das propostas anteriores, particularmente das duas últimas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da trajetória de elaboração de Propostas Curriculares e Programas nos últimos 70 anos, permitiu verificar que a cada década, houve, pelo menos, dois movimentos de reformulação do Currículo ou do Programa, em Pernambuco.

Foi possível constatar, em relação à filosofia, aos conteúdos e às orientações metodológicas, que as mudanças propostas acompanharam as teorias predominantes na educação brasileira, ao longo desses anos.

Os documentos registraram que o envolvimento do professor, no processo de tomada de decisão, vem sendo permitido, solicitado e intensificado. Neste sentido, não resta dúvida, houve avanços.

➤ A primeira visão, ampla, ainda que não muito aprofundada, do processo de elaboração e reformulação do Currículo em Pernambuco, leva-nos a conclusão preliminar de que não reside, isoladamente, no Currículo, a causa principal da má qualidade do ensino. Há necessidade de pesquisar outras causas, sem contudo deixar de considerar os Programas de Ensino e Propostas Curriculares no contexto mais amplo de análise da escola pública brasileira.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

- PERES, Janise Pinto. Currículo Modular e por Objetivo - Relatório Parcial da Experimentação a Nível de Classes de Alfabetização, 1983, Fundação Joaquim Nabuco/Departamento de Educação.
- PERES, Janise Pinto. Currículo Modular ou Por Objetivo (Documento mimeografado sem data e sem especificação do objetivo).
- PERNAMBUCO, Governo do Estado - Organização da Educação no Estado de Pernambuco.
- SEC/PE - IPO - Programas de Ensino para o Curso Primário Infantil, 1961.
- SI/DE/PE - Programas de Educação Primária, 1945.
- SEC/SURE/PE - Programa Mínimo, 1955.
- SEC/SURE/PE - Programas de Ensino Primário, 1966.
- SEC/DEP/PE - Currículo da Escola Primária de Pernambuco, 1968.
- SEC/DEP/PE - Roteiro Programático e Sugestões de Atividades de Currículo da Escola Primária - 1969 - 1970 (volumes diversos).
- SEC/DEP/PE - Documento Básico para Elaboração do Currículo de 1^o Grau, 1973.
- SEC/DEM/PE - Programas Mínimos para o Curso Ginásial - 1971, Brasel - Brasil Atual Editora e Editora Ltda, distribuidora da Lisa Editora Irradiante, S/A.
- SEC/DSE/PE - Proposta Curricular Ensino - 1^o Grau, 1974 (Volumes diversos).
- SE/PE - Perfis de Saída dos Alunos de 1a a 4a série do Ensino de 1^o Grau, 1984 e 1986.
- SE/PE - Perfis de Saída dos Alunos de 5a a 8a série do Ensino de 1^o Grau, 1986.
- SE/DC/PE - Educação Artística - Conteúdos Mínimos para o Ensino de 1 Grau - 5a a 8a série, 1986.
- SECE/DEE/PE - Diretrizes para o Projeto de Educação do Governo Popular de Pernambuco - 1988 (mimeografado).
- SECE/DEE/PE - Diretrizes Gerais da Política de Ensino - 1988 (mimeografado).
- SECE/DEE/PE - Contribuição ao Debate do Currículo - Uma Proposta para a Escola Pública - 1991.
- SECE/DEE/PE - Subsídios para a Organização da Prática Pedagógica nas Escolas - Coleção Professores Carlos Maciel - 1992.
- VALENTE, Waldemar - Roteiro da escola Normal - 1967 (mimeografado).